



Propostas para a saída da crise
ESTADOS GERAIS PARA A GUINÉ-BISSAU

Contexto

Em 24 de Setembro de 1973 a Guiné-Bissau ascendia formalmente à independência juntando-se assim à comunidade das nações livres, após 11 anos de uma luta de libertação citada como modelo em África. Durante todo o conflito, os esforços dos Combatentes da Liberdade para educar e organizar as populações das zonas libertadas, aliados à personalidade excepcional de Amílcar Cabral, despertaram imensas esperanças, tanto na Guiné-Bissau como em África e no mundo.

Ao ascender à soberania internacional, uma geração após o primeiro país independente da África Negra, o Gana, todos aqueles que estavam envolvidos, duma maneira ou doutra, com o futuro do continente negro, esperavam ver construída na Guiné-Bissau, uma sociedade modelo.

Mas, volvidos 32 anos depois da independência, as promessas do bem-estar, de justiça, de segurança, de estabilidade, de paz, permanecem por realizar. Pior ainda, às fracturas inerentes à luta anti-colonial vieram juntar-se dificuldades económicas e sociais, post-independência. Durante todo este período a Guiné-Bissau experimentou diferentes sistemas políticos. Mas nem a fase do partido único de 1974 à 1994, nem o sistema multipartidário, instituído desde 1994, não conseguiram ainda oferecer ao país a estabilidade e a prosperidade que procura desesperadamente.

As acalmias de curta duração antecedem as crises e estas últimas, sucedem-se com frequência cada vez mais acentuada. Os golpes de Estado, vitoriosos (14 de Novembro de 1980) ou abortados (1984, 1985, etc.), precederam uma guerra civil (1998), que acabou por conduzir a um golpe de Estado (Setembro de 2003), seguido de um período de transição. Mesmo as eleições livres, justas e transparentes não conseguiram oferecer a paz e nem o bem-estar económico e social desejados. A legislatura decorrente das primeiras eleições livres de 1994 terminou com a guerra civil de 7 de Junho de 1998; as segundas eleições gerais livres de 1999-2000 culminaram como golpe de Estado de 14 de Setembro de 2003.

Da guerra de libertação aos nossos dias, o recurso à violência vem sendo o método principal utilizado pelos guineenses, para a resolução dos seus problemas. Porém, se este método permitiu vencer o colonialismo e conduzir o país à independência em 1973, hoje impõe-se-nos constatar que, através dele, não conseguimos resolver grande parte dos múltiplos problemas que nos afligem. Pelo contrário, a violência cristalizada em golpes de Estado, torturas e execuções sumárias, com o cortejo de vingança e ódio que engendra, contribuiu para agravar a crise que abala o nosso País, conduzindo-nos a um impasse.

Para além de não termos conseguido resolver os problemas económicos e sociais essenciais, está-se perante uma ameaça de implosão da nossa sociedade fracturada. As estruturas do Estado estão arruinadas, o medo instala-se, os reflexos identitários perfilam-se. A pobreza alastra-se perigosamente, atingindo camadas da população cada vez mais importantes. Os recursos financeiros tornam-se escassos e a luta para o seu controlo torna-se cada vez mais acirrada, por constituir o único motor do combate político.

A nação, constituída por grupos heterogéneos, com profundas diferenças étnicas, religiosas e linguísticas, vivendo anteriormente cada um no seu «chão», sem se cruzar em demasia, encontrou na luta de libertação, o elemento dinamizador de um ideal nacional. O fracasso do projecto nacional de desenvolvimento post-independência, a ausência de uma visão partilhada da realidade do presente e do futuro do país, o recurso à solidariedade étnica pela classe política, com o objectivo de granjear votos no momento das eleições, torna cada vez mais frágil, a Nação em construção. Não obstante, as sementes da unidade lançadas desde a luta de libertação e fecundadas no pós-independência, mantêm firme o ideal de unidade, na diversidade, do povo guineense e da sua idiossincrasia conhecida entre nós por guinendade.

As eleições presidenciais de Junho de 2005 e a investidura do Chefe do Estado eleito por sufrágio universal que deviam, por um lado, encerrar formalmente a Transição e, por outro, abrir novas perspectivas ao País, colocaram em evidência a fractura existente na sociedade guineense, configuraram uma espécie de implosão no xadrez político nacional, traduzindo-se em cisões no seio dos partidos políticos e na divisão na massa dos aderentes. Todos os partidos registaram profundas perturbações e todas as estruturas nacionais, ficaram afectadas nas suas fundações. As feridas da fractura resultantes do escrutínio, estão ainda por sarar e a velha lógica da confrontação, parece redesenhar-se.

A instabilidade tem engendrado mudanças permanentes ao nível político e ao nível da alta administração do país. De 2000 a 2005, a Guiné-Bissau conheceu 3 chefes de Estado e 7 Primeiros-Ministros. Alguns Ministérios chave para o desenvolvimento do país, conheceram 10 Ministros diferentes (Educação Nacional).

Politicizada, desorganizada, ineficaz, consumindo o essencial dos recursos do Estado, a Administração Pública gira em torno de si mesma, fustigada pela tempestade política que a impede de realizar a sua missão, transformando-a num centro de predação de um grupo de ávidos negociantes pouco escrupulosos, decididos a saquear os seus recursos. As grandes reformas indispensáveis para o seu funcionamento eficaz, estão adiadas.

A instabilidade política que conhece o país, alimenta a má governação e a corrupção, tornando a nossa situação ilegível para os nossos parceiros, que acabam por se desencorajar e abandonar-nos à nossa sorte. Conhecendo o nível de dependência do nosso país (mais de 80% do nosso orçamento depende da ajuda externa), pode-se avaliar a gravidade da situação. Portanto, um elemento vital de que o país necessita, responde pelo nome de tempo.

Os grandes problemas com os quais se debate o país são, todos eles, estruturais. Certamente, esses problemas necessitam de diagnósticos clarividentes, de estratégias e de planos de acção rigorosos, de meios financeiros e humanos importantes mas, necessitam sobretudo, de esforços de acompanhamento a médio e longo prazo. Esse factor tempo deve imperativamente transcender o ritmo das eleições, limitadas a 4 anos para as legislativas e a 5 anos, para as presidenciais. As conquistas de uns, devem ser capitalizadas por outros, a fim de que se possa tirar um melhor proveito da ajuda que recebemos dos nossos parceiros. Torna-se assim evidente, que a crise de que padece a Guiné-Bissau é muito mais profunda do que se pode imaginar. E essa crise ultrapassa os partidos políticos, os homens e as mulheres, por mais importantes que sejam as suas posições na hierarquia do Estado.

Não se pode esperar que simples actos eleitorais, por mais justos que sejam, possam resolver os nossos problemas estruturais. Os esforços corajosos de reconciliação no seio das forças armadas constituem uma excepção, mas torna-se evidente que sem soluções estruturais que englobem o conjunto do país, esses esforços estarão votados ao fracasso. A instabilidade crónica de que padece a sociedade guineense, se não for solucionada com sabedoria, corre o risco de precipitar o país no caos. Parece cada vez mais evidente, que a Guiné-Bissau não pode mais desperdiçar ou adiar a urgente necessidade, de um grande debate nacional em relação à sua situação presente. Um diagnóstico sério e sereno impõe-se a fim de se identificarem os males de que padece o país tendo como objectivo declarado, obter soluções consensuais. Tudo isso ultrapassa o quadro tradicional do debate político-partidário ou das campanhas eleitorais. Nesta perspectiva, a primeira coisa que os guineenses devem fazer, é a construção de um amplo consenso partilhado pela maioria dos cidadãos, sobre as grandes questões nacionais, debater e construir um desígnio nacional. Esse consenso constituirá o alicerce de um Pacto Nacional de Estabilidade para o Desenvolvimento.

Daí a necessidade de envolver toda a sociedade num amplo debate, sob forma de Estados Gerais, espaço privilegiado para, em conjunto, definirmos os contornos da Guiné-Bissau em que queremos viver e as estratégias mais consentâneas para a materialização desse sonho, e ocasião soberana para a reflexão colectiva dos nossos males, afastando definitivamente a lógica da confrontação substituindo-a por uma verdadeira cultura de negociações e de compromissos, firmes e equitativos.

Os Estados Gerais impõem-se como objectivo para a materialização deste grande desafio nacional

Objectivo

O objectivo proposto é o de discutir e de criar, na sequência de uma ampla discussão, consensos relativos aos grandes temas nacionais que servirão de base para o surgimento de um Pacto Nacional de Estabilidade para o Desenvolvimento. Trata-se de um exercício que visa implicar todas as forças vivas do país na discussão serena dos problemas fundamentais a fim de se encontrar, apesar das nossas diferenças, os pólos de convergência, que nos permitam a descoberta de vias e de meios para o reforço da unidade nacional, prelúdio conducente a uma verdadeira reconciliação nacional.

Os grandes temas tais como: a reforma da Administração Pública, a defesa e a segurança, o sistema político, o reforço da unidade nacional e a reconciliação, a educação para a cidadania, a governação participativa, etc., deixarão de ser temas de reflexão reservados aos peritos e outros funcionários ou políticos, mas alargadas ao conjunto dos cidadãos deste país. A finalidade de todo este exercício é a de criar uma visão do presente e do futuro do país, partilhada por um maior número possível de compatriotas. As estratégias e os planos de acção a médio e longo prazo serão elaborados. Esta visão partilhada, fruto de esforços da comunidade, de negociações aturadas e de compromissos mobilizadores, será uma construção colectiva que permitirá assegurar a sua perenidade.

As vias que fixamos para abordar essas graves questões são : o diálogo, a tolerância, o altruísmo e a sabedoria. Um projecto tão vasto requer, sem dúvida, a vontade, o tempo, os recursos, uma organização, uma especialização, uma grande disponibilidade.

Os Estados Gerais farão os esforços necessários para integrar todas as outras iniciativas que vão no sentido da consolidação da paz.

Estruturas

Para a realização dos Estados Gerais, propõe-se a criação de seguintes estruturas :

1. A Comissão de Honra

Esta é formada por personalidades nacionais e estrangeiras interessadas na resolução dos problemas da Guiné-Bissau, que gozem de legitimidade ou de autoridade moral indiscutível e que apadrinharão esta iniciativa através de acções de *lobbying*, de comunicação e de mobilização das sinergias necessários para a realização dos Estados Gerais. A Comissão de Honra terá por missão a orientação, o aconselhamento e a apreciação dos trabalhos da Comissão de Pilotagem.

As personalidades :

- O Presidente da República, detentor da legitimidade nacional, garante da estabilidade, tem um papel indispensável para o sucesso dos Estados Gerais. Ele presidirá a Comissão de Honra.
- Os antigos Presidentes da República, em razão da experiência acumulada no exercício do cargo, podem dar uma valiosa contribuição na promoção do diálogo nacional.
- As autoridades morais e religiosas : o Bispo de Bissau, o Presidente do Conselho Nacional Islâmico e autoridades religiosas das comunidades animista e protestante. Não estando envolvidos, pela natureza das suas funções, na luta pelo poder, podem contribuir para a mobilização e o envolvimento de nossos compatriotas, por gozarem de uma autoridade moral.
- Personalidades de referência, de reconhecido mérito e competência, nos diferentes domínios da vida sócio-cultural, política, diplomática e económica.
- O Representante Especial do Secretário Geral da Organização das Nações Unidas em Bissau, representando a este título a comunidade internacional, acompanhará os esforços dos guineenses na sua vontade de construir consensos, podendo testemunhar ao resto do mundo os esforços alcançados.

2. A Comissão de Pilotagem.

Esta Comissão é composta fundamentalmente por cidadãos guineenses promotores desta iniciativa. Está encarregue de preparar, organizar e executar as diferentes etapas dos Estados Gerais. Em razão da natureza desta iniciativa e, tendo em conta que o seu sucesso está largamente condicionado pelo perfil dos membros desta Comissão, esta é constituída por personalidades competentes, capazes de trabalharem com grupos heterogéneos.

2.1. Os termos de referência da Comissão de Pilotagem:

- Mobilizar os recursos financeiros, humanos e materiais que permitam a realização e o sucesso dos Estados Gerais.
- Recolher através dos debates, seminários, *ateliers*, etc., que organizar, as contribuições dos diferentes intervenientes.
- Identificar as soluções consensuais capazes de reforçar a unidade, a coesão, a solidariedade, a complementaridade e a reconciliação nacionais.
- Propor ao país, no final do processo, um relatório exaustivo que ponha em evidência as fragilidades e as causas profundas das nossas crises, assim como as soluções para a saída da crise tais como foram discutidas por altura dos debates.

2.1.1. Atribuições :

A Comissão de Pilotagem é competente para :

- Definir os grandes temas de discussão;
- Definir as etapas e as actividades a realizar durante cada fase;
- Elaborar um orçamento para cada fase ;
- Promover contactos ao nível interno e externo para a recolha de fundos necessários à realização das actividades dos Estados Gerais;
- Promover reflexões alargadas sobre os desafios futuros;
- Identificar e hierarquizar as soluções encontradas.

Metodologia

- Apresentação pública do projecto de realização dos Estados Gerais do país, assim como as estruturas e os mecanismos de execução através da conferência de imprensa ;
- Campanha de sensibilização através dos meios de comunicação social;
- Preparação dos grupos de trabalho e do seu plano de acção;
- Realização de *ateliers* sectoriais e regionais, por tema;
- Compilação e análise das diferentes reflexões;
- Realização da Assembleia Magna dos Estados Gerais;
- Assinatura do Pacto Nacional de Estabilidade para o Desenvolvimento.

Bissau, Dezembro de 2005

A Comissão de Pilotagem

PLANO DE ACÇÃO

1. OBJECTIVOS DOS ESTADOS GERAIS:

O objectivo proposto é o de discutir os grandes temas nacionais e de criar, na sequência de um amplo debate, consensos que servirão de base para o surgimento de um **Pacto Nacional de Estabilidade para o Desenvolvimento**. Trata-se de um exercício que visa implicar todas as forças vivas do País na discussão serena dos problemas fundamentais a fim de se encontrar, apesar das diferenças, os pólos de convergência, que permitam a descoberta de vias e de meios para o reforço da unidade nacional, prelúdio a uma verdadeira reconciliação”.

2. ESTADOS GERAIS: PRINCÍPIOS ORIENTADORES

Todos os principais actores da vida política, económica e social admitem que a Guiné-Bissau se encontra hoje mergulhada numa crise estrutural sem precedentes. A isso se junta o velho contencioso, por vezes violento, que nunca foi resolvido satisfatoriamente e que arrasta inexoravelmente o País, para um estado de tensão permanente. Alguns desses contenciosos, advêm da luta de libertação nacional. É evidente que, todos estes problemas não podem ser resolvidos simultaneamente. Na pior das hipóteses, uma gestão pouco criteriosa da crise, poderá conduzir a saídas dramáticas, não desejadas.

Os Estados Gerais têm por objectivo a construção de soluções para a saída da crise e é composta por duas fases complementares, mas distintas.

A primeira fase será para a realização dum **Pacto Nacional de Estabilidade para o Desenvolvimento** e visam a obtenção de consensos à volta de grandes reformas estruturais dos sectores que constituem a estrutura de um Estado: Administração Pública; Finanças Públicas; A Defesa e Segurança; O Sistema Político, a Unidade e Reconciliação Nacional; O Sistema Judicial.

A estes sectores chave se junta evidentemente a Educação e os Desafios do Milénio, a Saúde, a Agricultura e o Ambiente.

A realização destes objectivos trará uma nova vitalidade ao Estado e dará a estabilidade de que o País realmente precisa.

A segunda fase será a da promoção da Reconciliação Nacional

Quando se fala de reconciliação pressupõe-se que existem contenciosos, vítimas e culpados. A procura de explicações e compreensão dos acontecimentos da nossa história, requer sem dúvida, um longo trabalho de pesquisa e de auscultação.

Durante esse tempo e graças a implementação das conclusões do Pacto Nacional de Estabilidade para o Desenvolvimento, a Nação no seu todo irá reencontrar-se e mobilizar-se para a construção da coesão nacional e da integração do País.

A necessidade de atingir objectivos comuns vai juntar e unificar os guineenses. Neste processo o País sairá muito mais forte, melhor preparado para enfrentar a sua história. Será capaz de mais generosidade e de maior serenidade. Todas as suas energias serão mobilizadas para edificar uma nova sociedade mais justa, mais equitativa, mais integradora das diferenças sócio-culturais. Em suma visa-se uma sociedade mais activa e participativa, na procura permanente, de mais bem-estar e maior segurança para todos os seus cidadãos.

Para a materialização desse desiderato impõe-se uma visão futurista, alicerçada e respeitadora tanto do presente como do passado da nação e promotora da complementaridade cultural e geracional, na construção do quotidiano guineense.

O presente documento propõe um plano de acção para a realização dos Estados Gerais.

3. PLANO DE ACCÃO PARA OS ESTADOS GERAIS

A convocação dos Estados Gerais nos quais deverão participar todas as forças vivas do País, necessita de uma organização minuciosa.

3.1. As Estruturas

Serão num total de oito (8)

- Comissão de honra
- Comissão de pilotagem
- Comissões nacionais
- Comissões regionais
- Diaspora
- Célula de comunicação
- Os animadores
- Comissão de fiscalização

3.1.1 Comissão de honra

Ela é formada por Presidente da Republica, os antigos presidentes da republica, os representantes das religiões animistas, muçulmanas, católicas e protestantes; dos representantes do Secretario geral das Nações Unidas, da CPLP e da CEDAO.

A comissão da honra será presidida por o Chefe de Estado.

Ela apadrinhara esta iniciativa através de acções de lobbying, de comunicação e de mobilização das sinergias necessários para a realização dos Estados Gerais.

3.1.2 Comissão de pilotagem

Esta Comissão é composta fundamentalmente por cidadãos guineenses promotores desta iniciativa. Ela integrara igualmente um representante de cada um dos cinco comissões nacionais. Está encarregue de preparar, organizar e executar as diferentes etapas dos Estados Gerais. Ela é dirigida por um coordenador.

3.1.3 Comissões nacionais

Serão num total de cinco (5)

- Comissão para os Partidos políticos que incluem o conjunto dos partidos políticos;
- Comissão para a Sociedade Civil que integra as ONG's, as Associações, os Sindicatos e todas as organizações legalmente constituídas com especial destaque para as associações juvenis e de mulheres;
- Comissão para o poder tradicional e os anciãos que compreende os Chefes Tradicionais reconhecidos como tal pelas suas comunidades e as personalidades de referência com mérito e competência reconhecidos nos diferentes domínios da vida socio-cultural, política, económica e diplomática;
- Comissão para as Autoridades Religiosas agrupando o conjunto dos representantes de todas as comunidades religiosas do País.
- Comissão do sector privado que engloba todas as organizações e os autores económicos do país.

A Comissão de Pilotagem dos **Estados Gerais designará** no seio da cada uma das 5 Comissões, 3 ou 4 organizações ou personalidades para assumir a animação do grupo.

3.1.4. Comissões Regionais

Elas serão compostas pelas autoridades políticas da região tais como, o Governador da Região, o Administrador do Sector, os Chefes tradicionais, as Autoridades Religiosas, As Associações, etc.

As suas funções serão idênticas às das Comissões Nacionais. Elas deverão para além disso, organizar os debates ao nível local a fim de difundir ideias discutidas a nível nacional. Deverão igualmente escolher quem os representará qualificada e activamente nos debates nacionais.

3.1.5 Diáspora

Dada a importância da diáspora guineense e o seu papel nos diferentes aspectos da vida nacional, impõe-se envolvê-la em todas as fases do desenvolvimento dos Estados Gerais. Nessa perspectiva encarrega-se a Guineáspora de desenvolver os contactos, através das representações diplomáticas, associações guineenses, ONG's e todas as estruturas com ela relacionadas.

O site dos Estados Gerais constituirá um importante veículo através do qual a diáspora poderá exprimir as suas opiniões, formular sugestões e participar nos debates.

3.1.6 Célula de Comunicação

A comunicação será gerida por uma **Célula de Comunicação** composta por jornalistas e outros profissionais da comunicação social. Esta célula será encarregada de assegurar toda a comunicação e divulgação dos Estados Gerais.

Esta célula terá por função organizar os debates, conceber os spots, gestão da Web Site, etc.

Em cada região ela terá um representante, um jornalista de uma rádio comunitário de preferência. A célula trabalhará sob a coordenação da Comissão de Pilotagem que deverá aprovar o seu plano de actividades de comunicação. Ela será dirigida por um dos promotores que fera também papel de porta voz da comissão da pilotagem.

3.1.7 Animadores

Para difundir no máximo junto das populações o conjunto de actividades dos Estados Gerais, os animadores apoiar-se-ão nos grupos de jovens num **total de 130**, sendo **50 para Bissau e 80 para as regiões**. Eles serão seleccionados pelas Comissões Nacionais e Regionais e serão formados para o efeito.

Eles estarão no terreno onde terão encontros com as populações e terão por função informar sobre os Estados Gerais, promover o debate dos temas e responder às questões que lhes são postas e deverão retransmitir à Comissão de Pilotagem e as comissões regionais todas as reacções recolhidas nesses encontros.

Trabalharão em estreita colaboração com a Célula de Comunicação

Nas regiões, eles assistirão os chefes tradicionais nos seus contactos e deverão tomar notas dos debates.

A duração das suas intervenções está calculada por um período quarenta e quatro (44) dias.

3.1.8 Comissão de fiscalização

Os recursos financeiros disponibilizados para a realização dos Estados Gerais serão girados com rigor e total transparência. Neste quadro será instituída uma comissão de fiscalização que terá por missão de certificar que os fundos serão utilizados em conformidade com o plano. A comissão será composta por um representante da comissão de finanças da Assembleia Nacional Popular – ANP – e de um representante dos doadores. Esta comissão terá papel de “commissaire aux comptes”.

3.2 Critérios gerais para eleição dos temas:

Os temas visam o reforço da unidade nacional, do espírito de solidariedade, fraternidade e de coesão social com a finalidade do fortalecimento e modernização do aparelho de Estado.

São temas estruturantes que reflectem as aspirações do cidadão comum, independentemente das diferenças sociais, culturais, étnicas, religiosas ou políticas.

O debate alargado destes temas irá impulsionar a Nação para novos desafios baseados numa cidadania activa e participativa alicerçada numa visão nacional consensual e partilhada visando uma integração harmoniosa da Guiné-Bissau no concerto das nações.

3.2.1 DEFINIÇÃO DE TEMAS:

- Unidade e Reconciliação Nacional
- Sistema Político
- Sistema Judicial
- Administração Pública
- Defesa e Segurança

4. LISTA DOS PROMOTORES

1. Idriça Djalo
2. Carlos Vamain
3. Anabela Sayeg
4. Armando Tchoba dos Santos Pereira
5. Nelvina Barreto
6. João José Silva Monteiro
7. Rui Landim
8. Suleimane Djalo
9. Constantino Correia
10. Mário Cabral
11. Jamel Handem
12. Vença Mendes

5. LISTA DA COMISSAO DE PILOTAGEM

Ela é composta por todos os promotores mais um representante de cada uma das cinco Comissões Nacionais.

8. CRONOGRAMA DE ACTIVIDADES

Estados Gerais

CRONOGRAMA DE ACTIVIDADES – HORIZONTE TEMPORAL PARA A REALIZAÇÃO DOS ESTADOS GERAIS

Actividades	Maio				Junho				Julho				Agosto				Setembro				Out.	
	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	1 ^a	2 ^a
Preparação dos Temas	■	■	■	■																		
Formação dos Animadores					■																	
Início de trabalho de terreno nas regiões					■	■	■	■	■													
Seminários Regionais									■	■	■											
Síntese dos trabalhos pelo Comissão de Pilotagem e preparação de Animadores para Assembleia Magna													■	■	■	■	■	■				
Constituição da Mesa da Assembleia Magna																						
Assembleia Magna																					■	■
Célula de Comunicação	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Actividade dos Animadores							■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■